



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04/12/2017**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 26**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### REUNIÃO DE 04/12/2017

#### ATA Nº 26

----- Aos quatro dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

### ORDEM DE TRABALHOS

#### 1. CÂMARA MUNICIPAL

##### 1.1 - Regime excecional de controlo prévio de operações urbanísticas nos termos do Decreto-Lei nº 130/2017 de 09 de outubro - Proposta do Senhor Presidente

----- Considerando que: -----

----- - no corrente ano de 2017, mais precisamente nos meses de junho e outubro, ocorreram no Concelho os mais trágicos incêndios de que há memória, provocando, para além da trágica perda de uma vida humana, feridos e um conjunto de danos e prejuízos em habitações permanentes e secundárias e nos ativos das empresas, com graves consequências na manutenção dos postos de trabalho, bem como nas atividades agrícola e florestal; -----

----- - sem prejuízo da atuação e procura de soluções nas diversas componentes da



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

devastação verificada, o Município estabeleceu como uma das suas prioridades o apoio à recuperação imediata das habitações afetadas, à recuperação das atividades económicas e dos espaços destruídos; -----

----- - pese embora a simplificação dos procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas contemplados no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a urgência na reconstrução e reabilitação das edificações afetadas nem sempre se mostra compatível com os prazos de tramitação dos procedimentos; -----

----- - no sentido de tornar os procedimentos mais céleres o Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, veio estabelecer um regime excecional de controlo prévio de operações urbanísticas em áreas do Município sujeitas a catástrofes, como é o caso dos incêndios ocorridos nos meses de junho e outubro do corrente ano; -----

----- - nessas áreas, aos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE, Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a sua redação atual), respeitantes a obras de reconstrução ou de alteração (RJUE, art. 2º), é aplicável o procedimento de comunicação prévia (RJUE, artigo 34º e seguintes); -----

----- - a situação de devastação extrema a que foi sujeita a população do concelho fustigada pelos incêndios leva a que se implementem soluções e intervenções de emergência para o restabelecimento das condições de vida e de trabalho das pessoas e empresas afetadas, em particular no que diz respeito a edificações. -----

----- Assim, de acordo com o estipulado no referido Decreto-Lei, **propõe-se submeter a deliberação da Assembleia Municipal** o seguinte: -----

----- A área do território denominada de área de reconstrução urgente para habitação ou atividades económicas é a que está definida na planta anexa cuja delimitação foi objeto de informação prestada pelo ICNF, em consonância com a Autoridade Nacional de Proteção Civil e os edifícios aos quais se aplica o regime simplificado, são os que constam da lista de edifícios anexa, de acordo com o nº 1 e 2, do artigo 4º, do Decreto-Lei 130/2017 (anexo 1). -----

----- São dispensadas as consultas a entidades externas, exceto aqueles necessários em ordem de segurança e prevenção de riscos, sem prejuízo do estipulado no ponto 3, artigo 5º, do Decreto-Lei 130/2017. -----

----- Dos elementos instrutórios de processos de comunicação prévia, elencados na Portaria nº 113/2015, de 22 de abril, no conjunto de projetos de especialidade e documentos exigíveis, são dispensados os seguintes, nos termos do nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei 130/2017: -----

----- - Projeto de águas pluviais; -----

----- - Projeto de arranjos exteriores, quando exista logradouro privativo não pavimentado; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

- - Projeto de infraestruturas de telecomunicações; -----
- - Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria nº 349-C/2013, de 2 de dezembro; -----
- - Projeto de instalações eletromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----
- - Projeto de condicionamento acústico; -----
- - Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2º; -----
- - Termo de responsabilidade de técnico autor do projeto de condicionamento acústico que ateste da conformidade da operação com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro. -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à deliberação da Assembleia Municipal. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **1.2 – Isenções de taxas e impostos municipais na sequência dos incêndios de junho e outubro de 2017**

##### **- Proposta do Senhor Presidente**

- Considerando: -----
- - os incêndios que grassaram em junho e outubro de 2017 no concelho de Pampilhosa da Serra, os quais, para além de uma extensa área florestal, originaram danos de diversa índole, ao nível de perda de uma vida humana e diversos feridos, assim como avultados prejuízos no património público e privado, afetando a vida e o quotidiano das populações que residem, das que laboram e das que possuem e usufruem efetivamente de imóveis no concelho de Pampilhosa da Serra; -----
- - que de entre esses danos, contam-se cerca de cinco centenas de edifícios que ficaram total ou parcialmente danificados devido aos incêndios; -----
- - que é da mais elementar justiça tomar medidas que obviem a que os cidadãos sejam prejudicados pecuniariamente por situações a que não deram origem e que desvalorizaram o seu património imóvel de forma substancial, tendo em muitos dos casos implicado a completa destruição das suas habitações e outros edifícios afetos a usos diversos; -----
- - que compete às autarquias locais, na salvaguarda dos interesses da população concelhia, na tentativa de mitigar as consequências (patrimoniais) que advieram de tais



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

catástrofes e de incentivar o restabelecimento das vidas afetadas, desenvolver soluções para a resolução dos problemas das populações afetadas por esta tragédia; -----

----- - que a situação de calamidade, a que foi sujeita a população concelhia, fustigada pelos incêndios, impõe que se adotem intervenções de emergência para o restabelecimento das condições de vida e de trabalho das pessoas afetadas, restabelecimento esse que não exclui as obrigações de licenciamento, de consulta prévia ou tributárias, assim como o pagamento de taxas, serviços ou impostos relacionados com a administração autárquica; -----

----- - que para além das medidas de emergência adotadas para fazer face às necessidades urgentes das populações, do acompanhamento contínuo das vítimas dos incêndios, considera-se justo e muito pertinente, no que diz respeito às taxas e impostos municipais, estabelecer incentivos através da isenção dos mesmos; -----

----- - que o Município deverá considerar como prioritário e de manifesto interesse público municipal a concretização de ações de reabilitação urbanística dos prédios urbanos afetados pelos incêndios de junho e outubro de 2017 (e a prática de atos ou factos correlacionados), nos termos da alínea f), do nº 1 do artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra; -----

----- Assim, ao abrigo do disposto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 130/2017, de 09 de outubro e do disposto no artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, **tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere**, ao abrigo da alínea d), do artigo 15º e nº 2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (não sendo, porém, possível incluir a estimativa da respetiva despesa, dado que o montante da mesma não pode ser mensurado com fiabilidade, dependendo da ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos - como o número efetivo de prédios a serem objeto de reabilitação urbanística, os projetos associados, o tipo de obras a executar,...) e da alínea ccc), do nº 1 do artigo 33º, conjugada com a alínea c), do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal o seguinte:** -----

----- - considerar como de manifesto interesse público municipal a concretização de ações de reabilitação urbanística dos prédios urbanos afetados pelos incêndios de junho e outubro de 2017 (e a prática de atos ou factos correlacionados); -----

----- - Até 31 de dezembro de 2020, isentar totalmente do pagamento de taxas e outros pagamentos relativamente à prática de atos, comunicações prévias, meras comunicações prévias, obtenção de licenças, bem como certidões ou outros documentos administrativos respeitantes aos prédios urbanos, objeto de reabilitação urbanística, total ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no concelho de Pampilhosa da Serra, em junho e outubro de 2017, relacionados com a reabilitação, reconstrução ou construção nova, na localização inicial ou em nova localização no



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- E, ao abrigo do disposto no artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, **tenho a honra que a Câmara Municipal delibere**, ao abrigo da alínea d), do artigo 15º e nº 2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (não sendo, porém, possível incluir a estimativa da respetiva despesa, dado que o montante da mesma não pode ser mensurado com fiabilidade, dependendo da ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos - como o número de prédios objeto de efetiva reabilitação urbanística) e da alínea ccc), do nº 1 do artigo 33º, conjugada com a alínea c), do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal o seguinte:** -----

----- - a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), relativo a prédios urbanos que sejam objeto de reabilitação urbanística e destinados a atividades económicas, primeira ou segunda habitação, afetadas pelos incêndios de junho e outubro de 2017 e enquadráveis no estipulado no Decreto-Lei nº 130/2017, de 09 de outubro, após o termino da reabilitação urbanística, pelo período de três anos, a contar do ano, inclusive, da emissão da respetiva licença camarária, nos termos do artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal a presente proposta do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 2. DIVISÃO FINANCEIRA

### 2.1 - SERVIÇO DE CONTABILIDADE

#### 2.1.1 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018

----- Foi presente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2018, no valor de 19.535.220,00 € e 15.025.240,00 €, respetivamente. -----

----- O senhor Presidente informou o restante Executivo do programa e objetivos que presidiram à elaboração dos respetivos documentos, na base e anseios da população do concelho de Pampilhosa da Serra e a metodologia elaborada plasmada no Relatório para o ano financeiro de 2018. -----

----- Após as explicações proferidas pelo senhor Presidente e merecendo a concordância do restante Executivo, os mesmos foram postos à votação. -----

----- Assim, o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Relatório para 2018, foram



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

aprovados por unanimidade. -----

----- Mais foi deliberado submeter os documentos em apreço à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.1.2 - 5ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017

----- Foi presente a 5ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017, em que constam os seguintes valores: -----

----- Na receita, de anulações, o valor de 700.000,00€ -----

----- Na despesa, de anulações o valor de 700.000,00 €. -----

----- Nas Grandes Opções do Plano, de anulações 700.000,00 €. -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar estes dois documentos de gestão, deliberou por unanimidade aprová-los e submete-los à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3. DIVISÃO ADMINISTRATIVA

#### 3.1 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

##### 3.1.1 - Mapa de Pessoal 2018

----- Pelo Sr. Presidente foi dito o seguinte: -----

----- A Lei nº 35/2014, de 20 de junho, estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. -----

----- Determina o artigo 29º da referida Lei, que os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a execução. -----

----- Nestes termos, foi presente o Mapa de Pessoal do Município de Pampilhosa da Serra para o ano 2018. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar, nos termos do n.º 4º do referido artigo. Mais deliberou submeter o referido mapa à Assembleia Municipal. -----

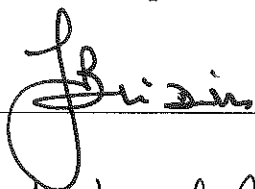
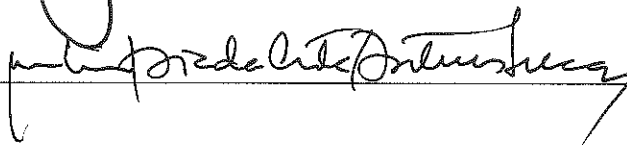
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucàs, Assistente Técnica que a redigi e subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_